
Jornalismo e Sociedade: Representação da Mulher na Editoria de Segurança de Zero Hora¹

Julia Fontana NASCIMENTO²

Vera Lucia Spacil RADDATZ³

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS

RESUMO

O jornalismo é uma construção social e sua linguagem aponta para as representações das práticas e dos sujeitos em sociedade. Este texto apresenta resultados parciais do Projeto de Pesquisa Mídia e Sociedade: o direito à informação e tem como foco a representação da mulher na mídia, na perspectiva dos direitos humanos. A pesquisa de caráter qualitativo constitui-se a partir de uma análise de 22 edições semanais do jornal Zero Hora, de Porto Alegre, no período de agosto a dezembro de 2018. São analisadas 39 matérias publicadas na Editoria de Segurança, cujo conteúdo faz referência à mulher, a fim de compreender as representações que o jornalismo constrói sobre a mulher e a relação que existe entre a mídia e os direitos humanos.

PALAVRAS-CHAVE: direitos humanos; jornalismo; mídia; mulher; segurança.

INTRODUÇÃO

Este texto visa a compreender qual é a representação criada sobre as mulheres, a partir da análise das páginas da Editoria de Segurança, publicadas pelo Jornal Zero Hora, de Porto Alegre, com abrangência estadual, no período de agosto a dezembro de 2018. Este artigo é um recorte do Projeto de Pesquisa Mídia e Sociedade: o direito à informação, com o Subprojeto Direitos Humanos e a representação da mulher na mídia. No desenvolvimento do projeto é feita a coleta de material de outras mídias como o rádio, a televisão e a internet, além do jornal, observando a temática no âmbito local, regional e

¹ Trabalho apresentado na IJ 1 – Jornalismo do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 20 a 22 de junho de 2019, na UniRiter, em Porto Alegre.

² Acadêmica de Jornalismo da Unijuí; Bolsista CNPq do Projeto Mídia e Sociedade: o direito à informação (PPGD/UNIJUI); e-mail: julia.fontanan@hotmail.com

³ Professora dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda e do Mestrado em Direitos Humanos da Unijuí. E-mail: verar@unijui.edu.br

global. Para este artigo, por limitações de espaço, centramos o foco no jornalismo impresso.

O critério de escolha do Zero Hora foi determinado pelo Projeto, ao definir-se por um meio impresso de abrangência regional e de circulação em todo o Estado do Rio Grande do Sul, com a cobertura de pautas também nesta amplitude. Para cada mídia estudada no Projeto foi determinado um dia de observação, recaindo sobre o impresso a quarta-feira, que coincidentemente é o dia da semana em que mais se lê jornal, segundo levantamento publicado pelo Mídia Dados Brasil (2018).

Considerando que o tema da violência contra a mulher e as discussões sobre direitos humanos estão bem presentes na sociedade, foi selecionada a Editoria de Segurança como foco principal de análise, para poder compreender como as mulheres são representadas neste espaço em que são tratadas as pautas relacionadas à discriminação, ao preconceito e outras formas de violência. Neste estudo se procura entender as representações sobre as mulheres na posição de vítimas, fontes oficiais/institucionais da informação, fontes especializadas ou independentes e como elas são descritas nas matérias.

Acredita-se que o tema é relevante para a sociedade atual em que a população se mostra interessada em questões relacionadas a direitos humanos, democracia e política. Para fins de análise, este texto apropria-se da concepção do jornalismo como construção da realidade, fundamentando-se em Traquina (2005) e na perspectiva dos direitos humanos, que desde a Declaração Universal de 1948, prevê a equidade de direitos e a defesa da dignidade humana. A mídia e o jornalismo têm uma relação direta com os direitos humanos, pois são o principal meio através dos quais circula as informações a respeito dos acontecimentos de maior destaque da sociedade, portanto, uma instância que contribui para a formação da opinião pública e para o exercício da liberdade de expressão e da cidadania.

Mídia e Direitos Humanos

A palavra “mídia” só começou a ser usada na década de 1920, segundo o *Oxford English Dictionary* apud Briggs e Burke, apesar de o interesse pela comunicação ser antigo. A retórica, mencionada no livro “Uma História Social da Mídia” dos autores, tem sua data de início no século V antes de Cristo. Para Silverstone, a arte da retórica implica “falar bem e para algum fim, compreender e ensinar a melhor forma de fazê-lo” (1999, p. 63).

A retórica diz respeito à persuasão; se consegue falar bem, é capaz de persuadir quem ouve. Visando compreender melhor a retórica, Silverstone dedica um capítulo inteiro de seu livro “Por que estudar a Mídia” para defender a ideia de que “a linguagem da mídia é uma linguagem retórica” (1999, p. 64). Isso porque a mídia consegue nos convencer de que ela representa o que realmente aconteceu.

Em seu sentido denotativo, mídia consiste no conjunto dos diversos meios de comunicação, com a finalidade de transmitir informações, conteúdos variados e entretenimento. Ela é um espaço político, capaz de formar valores, propagar ideias e influenciar comportamentos. Silverstone discute na referida obra uma das questões mais importantes da contemporaneidade: a mídia, juntamente com o jornalismo, é componente formador daquilo que somos e o que pensamos: “É por ser tão fundamental para nossa vida cotidiana que devemos estudar a mídia” (SILVERSTONE, 1999, p. 13), afinal, ela está presente diariamente em nossas vidas, veiculando um conjunto de informações e conteúdos relacionados a todas as áreas e, por meio disso, mediando as formas das pessoas enxergarem o mundo. Por isso, é muito importante manter o debate aberto na sociedade sobre como ela funciona para compreender os resultados advindos desta mediação. Silverstone afirma:

Por conseguinte, na medida em que a mídia é, como argumentei, essencial a esse processo de fazer distinções e juízos; na medida em que ela, precisamente, medeia a dialética entre a classificação que forma a experiência e a experiência que dá colorido à classificação, precisamos investigar as consequências de tal mediação. *Temos de estudar a mídia.* (SILVERSTONE, 1999, p. 32).

Portanto, perceber a mídia como um processo de mediação, significa que ela é uma instância entre aquilo que os receptores leem, ouvem ou assistem e isto produz algum tipo de consequência no modo de eles interpretarem a realidade. Segundo Silverstone, os receptores também fazem parte da produção do processo de mediação, de forma direta e indireta, individual e coletivamente. Como consumidores e produtores, os receptores estão constantemente buscando entender o mundo da mediação e da mídia e tudo que os envolve.

Thompson (2014) ressalta que a comunicação mediada é um fenômeno social contextualizado: “[...] é sempre implantada em contextos sociais que se estruturam de diversas maneiras [...]” (THOMPSON, 2014, p. 36).

Silverstone (1999) utiliza como exemplo um jornalista que resolve se inserir em um mosteiro para contar, posteriormente, em um documentário como é a vida dos monges. Ele permanece lá durante duas semanas e após este período, volta à sua vida normal para que a produção do documentário seja realizada. Agora o jornalista não tem mais controle sobre a produção, ele vê e concorda com tudo, no entanto não acredita que os protagonistas do mesmo possam gostar. “Ele vê uma nova realidade surgindo sobre a antiga, reconhecível, justa, pelo menos para ele, mas cada vez mais distante do que, segundo acredita, os próprios monges conheceriam e compreenderiam” (SILVERSTONE, 1999, p. 40). Esse momento é determinante para compreender que os receptores devem fazer parte da mediação, pois são eles os mais interessados em consumir a informação, considerando o exemplo específico em que eles são parte integrante da produção. É para o público que se realiza o material, eles devem ser somados à equação, com valor igual aos dos demais.

A informação é um direito de todos. “O direito à informação funcionaria - esta é uma das hipóteses da dissertação -, como um direito que abre portas para os demais direitos, o Jornalismo sendo, portanto, um campo mediador de todos os campos numa ‘sociedade dos cidadãos’, definida por Bobbio” (GENTILLI, 2005, p. 13). O autor diz ainda que o acesso à informação é um direito, mas é o jornalismo como uma categoria institucional que vai fornecer a matéria-prima para que os cidadãos possam exercer a sua cidadania perante o poder público. E essa não é uma conduta passiva, pois segundo Wolton (2010, p. 18), “os receptores negociam, filtram, hierarquizam, recusam ou aceitam as incontáveis mensagens recebidas, como todos nós, diariamente”.

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) no artigo 5º, incisos IV, IX e XIV o brasileiro tem direito à livre manifestação do pensamento, à expressão de comunicação e ao acesso à informação. Sendo assim, a mídia é o principal meio pelo qual se pode cumprir este aspecto da Constituição. Nessa perspectiva, o jornalismo é o formato midiático que se constitui como elemento essencial ao trato da informação na mídia,

enquanto que outros formatos, como a ficção, a dramaturgia, o entretenimento e a publicidade têm outros objetivos. Na sequência, portanto, justifica-se uma discussão do jornalismo, considerando o tema e o propósito deste artigo.

Jornalismo e sociedade

Briggs e Burke (2006), ao estudarem a mídia em uma perspectiva social, afirmam que há muito a agradecer ao jornal do início do século XVIII, pois “os impressos se tornaram parte da vida cotidiana” (p. 76). A revolução da mídia impressa para a época foi determinante não somente para a memória e a transmissão do conhecimento, como para imprimir um novo olhar sobre a realidade para além da perspectiva do livro. “Tais publicações abriam o horizonte de seus leitores, pelo menos ao tornar as pessoas conscientes daquilo que elas não sabiam”. (BRIGGS E BURKE, 2006, p. 77).

Sendo assim, o jornalismo possui grande importância até os dias de hoje. Ele é, em suma, a atividade informativa difundida através dos meios de comunicação (jornal, revista, televisão, internet, rádio). A sua função social é informar com precisão aquilo que está acontecendo e que atende ao interesse do público. Como ator social, auxilia na formação opinativa do cidadão e, por conseguinte, tem o dever ético de representar a verdade. Não devemos pensar no jornalismo como um espelho da realidade, mas como uma construção social dela. Conforme Traquina, os jornalistas precisam “ver as notícias como uma “construção” social, o resultado de inúmeras interações entre diversos agentes sociais que pretendem mobilizar as notícias como um recurso social em prol das suas estratégias de comunicação”. (TRAQUINA, 2005, p. 28).

Desta forma, o jornalismo apresenta um panorama dos fatos e determina por meio de critérios técnicos e editoriais a abordagem e o enquadramento que vai dar a estes fatos. Traquina ancora-se em Pierre Bourdieu para explicar o fenômeno da seleção: “[...] os jornalistas partilham estruturas invisíveis, ‘óculos’, através das quais vêem certas coisas e não vêem outras. O jornalismo acaba por ser uma parte seletiva da realidade” (TRAQUINA, 2002, p. 30). Contudo, o jornalismo tem o compromisso de representar a textura da realidade, de que fala Silverstone, por diferentes ângulos, ainda que não possa fazê-lo integralmente.

É através da representação da textura da realidade que o jornalismo auxilia a sociedade. “Na recepção e apropriação das mensagens da mídia, os indivíduos são envolvidos num processo de formação pessoal e de autocompreensão - embora em formas nem sempre explícitas e reconhecidas como tais” (THOMPSON, 2014, p. 71). O jornalismo, acima de tudo, tem como característica fornecer os elementos necessários para que o receptor forme sua própria opinião e, como Thompson diz, tenha a sua autocompreensão. Para complementar, Gentili (2005) exemplifica a importância do jornalismo: “[...] o papel do Jornalismo no mundo contemporâneo é fornecer subsídios para decisões, mas não decisões apenas econômicas, mas, sobretudo, civis” (p. 12).

“O acesso à informação é, portanto, condição *sine qua non*, para que se dê esse construcionismo, tanto democrático quanto cidadão [...]” (GENTILLI, 2005, p. 13). O jornalismo ajuda a formar, e informar, os cidadãos, a formar suas opiniões, entendimentos e interpretações da sociedade em que vivem. Todos com suas peculiaridades e diferenças, mas acima de tudo como parte integrante da sociedade. Sem o jornalismo a sociedade seria desprovida de conteúdo, de informação. Não saberíamos o que acontece e, conseqüentemente, não seríamos capazes de entender o motivo de cada situação, assim como este artigo pretende analisar sobre as mulheres.

O jornalismo está presente na sociedade, por meio do impresso, desde o século XVIII. Thompson diz que “[...] os indivíduos podem ler jornais como passatempo, enquanto se deslocam para o trabalho” (2014, p. 67). Assim, a leitura do impresso faz parte do cotidiano há muito tempo e é ainda muito presente na realidade do estado. O dia da semana em que há mais leitores de jornal impresso e digital em Porto Alegre é a quarta-feira, quando se tem 28% da população lendo jornais (MÍDIA DADOS BRASIL, 2018, p. 335). Esse é o maior número entre todas as capitais do país, comprovando que a população da cidade lê mais do que em qualquer outra capital.

Buscando entender qual é o público leitor de jornal impresso recorreremos ao livro *Mídia Dados Brasil 2018* do Grupo de Mídia São Paulo. A pesquisa afirma que 41% dos leitores são os jovens de 20 a 29 anos, em segundo lugar estão os adultos de 30 a 39 anos com 40% (p. 333). Virgínia Any, do Grupo de Publicação Globo, diz que “o jornal tem sido

preterido por ser considerado uma mídia tradicional, mas é inquestionável que nunca se colocou em dúvida a qualidade do conteúdo (MÍDIA DADOS BRASIL 2018, p. 325).

A qualidade do que é produzido para o jornal impresso foi um dos motivos de escolha do Zero Hora, além de o jornal ser também o de maior circulação dentro do estado do Rio Grande do Sul. A credibilidade do impresso nunca foi posta em lugar de dúvida. Na sequência deste texto apresenta-se a análise do material coletado de Zero Hora, com foco na representação da mulher na mídia, a partir da Editoria de Segurança.

As representações da mulher no jornal Zero Hora

Colling (2014) diz que a história das mulheres é algo recente, desde a sua perspectiva de contá-la, pois tradicionalmente ocorreu pelo ponto de vista dos historiadores homens. Mas se a história também pode ser vista “como uma construção, como resultado de interpretações, de representações que têm como fundo relações de poder” acredita-se que “o modo mais eficiente para desconstruir algo que parece evidente, sempre dado, imutável, é demonstrar como esse algo que se produziu (...) foi construído”. (p. 22). A historiadora explica que o modo como foram construídas as representações sobre a mulher “estabeleceram o pensamento simbólico da diferença entre os sexos” (p. 24) e portanto, os estereótipos construídos sobre a figura da mulher foram tão fortemente fixados no imaginário da sociedade que produziu relações de exclusão, domínio, apropriação do masculino sobre o feminino, reduzindo o conceito de mulher a “relações de poder e de hierarquias socialmente construídas” (p. 27), o que se compreende hoje como a possível origem de tantos casos de violência contra a mulher.

A pesquisa do Subprojeto Direitos Humanos e a representação da mulher na mídia, integrante do projeto de pesquisa Mídia e Sociedade: o direito à informação, desenvolvido junto ao Programa de Mestrado em Direitos Humanos da Unijuí apresenta a análise sobre o modo como a mulher aparece no Jornal Zero Hora (ZH), nos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2018.

Em cinco meses de pesquisa foram analisadas um total de 67 notícias da Editoria de Segurança, ao longo de 22 edições do Jornal ZH. Em 39 matérias as mulheres são representadas de diferentes formas, entre as quais, a mulher como vítima de violência, a mulher como delegada, advogada, psicóloga e outras profissões ou atividades. No que diz

respeito à violência, para contextualizar a situação, é importante conhecer os registros e a pesquisa da Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP, 2018), em que 54 mulheres foram vítimas de feminicídio durante esse período; 614 foram vítimas de estupro; e 9.239 sofreram lesão corporal, conforme mostra o quadro abaixo:

ANO	MÊS	AMEAÇA	LESÃO CORPORAL	ESTUPRO	FEMINICÍDIO CONSUMADO	FEMINICÍDIO TENTADO
2018	ago-18	3.047	1.450	151	10	22
2018	set-18	2.944	1.749	135	12	26
2018	out-18	3.285	1.882	112	8	26
2018	nov-18	3.188	1.936	99	8	32
2018	dez-18	3.110	2.222	117	16	22

Fonte: Observatório Estadual de Segurança Pública / SSP-RS.

Tais informações são uma amostra da gravidade da situação no que diz respeito à violência contra a mulher e são suficientes para justificar também uma presença constante desses termos na editoria de segurança de um jornal. Não apenas o jornal trata esta pauta, mas ela é recorrente também em outras mídias e de alguma forma na dramaturgia.

A metodologia da pesquisa foi dividida em quatro etapas. Na primeira, foram selecionadas semanalmente todas as matérias das edições de quarta-feira, da Editoria de Segurança no Jornal Zero Hora. A etapa dois foi reservada para a separação e organização do material em arquivo, por ordem sequencial de publicação em pastas (uma para cada mês) do período correspondente à pesquisa, constituindo-se assim o arquivo do conjunto das informações do projeto. A terceira etapa se distingue pela seleção do conteúdo do material, de acordo com as seguintes categorias: notícias, reportagens e imagens, cujo conteúdo faça alguma referência a mulheres. A quarta e última etapa destina-se à análise do conteúdo do material selecionado que compreende os seguintes aspectos: destacar a manchete ou título do material; descrever a situação ou condição em que a mulher está envolvida; destacar os substantivos, adjetivos e advérbios de caracterização da mulher; citar qual é a ideia central do texto sobre a representação da mulher; e por fim, realizar observar qual é a representação da mulher no texto, estabelecendo uma relação com os direitos humanos. Esta etapa está em andamento, e por isso este artigo aborda as primeiras conclusões decorrentes desse processo, que traz indícios contundentes dos resultados da pesquisa.

Por uma questão de organização metodológica, para uma melhor visualização dos resultados, foi resumido o conjunto de representações da mulher nas matérias publicadas pela Editoria de Segurança de Zero Hora. As informações obtidas relacionam a mulher em situações de violência às seguintes posições: vítima, acusada, delegada, fonte especializada para avaliar a situação, policial e fonte não especializada, mas que consta como uma testemunha dos casos. A planilha abaixo mostra os resultados levantados pela pesquisa:

Tipos de representação	Vítima	Acusada	Delegada	Fonte Especializada	Policial	Fonte Não Especializada
Número total de representações	16	8	7	8	5	17

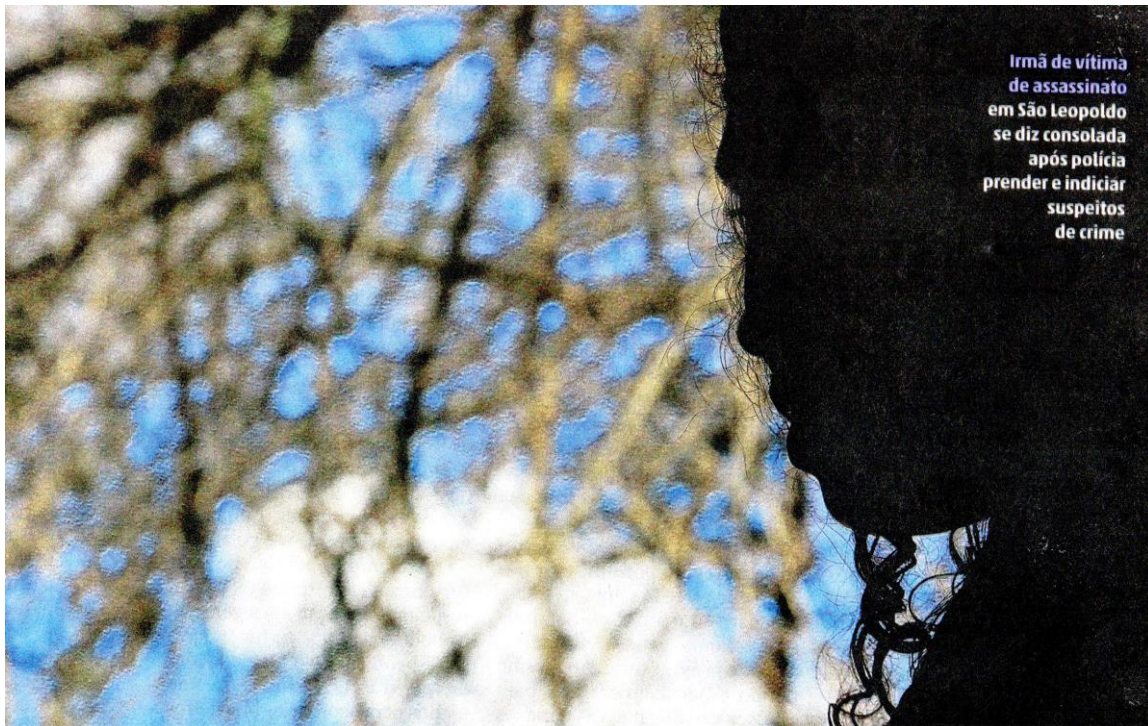
Fonte: Elaboração própria.

Na planilha constam os números de representações de mulheres em situação de violência, dentro das categorias estabelecidas previamente para o artigo. Em ordem, temos 16 representações de mulheres como vítimas das situações; oito mulheres são acusadas; sete são delegadas; oito são fontes especializadas, que estão aptas a ajudarem na solução do caso de alguma forma; cinco delas são policiais; e, por fim, 17 são fontes não especializadas, mas contribuem de alguma forma para compreender o que aconteceu. Devido ao espaço limitado deste artigo, vamos nos ater as duas categorias que possuem os números mais elevados da tabela, sendo elas “fonte não especializada” e “vítima”, e também a categoria “acusada”, a qual aparece em terceiro lugar, juntamente com “fonte especializada”. Para que se possa ter uma maior compreensão de como as matérias foram analisadas, foram separados dois exemplos de cada subdivisão.

Fonte não especializada:

a) Setembro de 2018, dia 5, quarta-feira. Matéria feita por Renato Dornelles e produzida por Rosana Gueller. Manchete: “Duas receitas para reduzir crimes”. A irmã de uma das vítimas de homicídio em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, concedeu entrevista para a equipe da Zero Hora. Francine Borba, 24 anos, apareceu na foto da matéria de perfil com o rosto não identificável. Na foto só é possível perceber o contorno do rosto de Francine, bem como uma parte de seu cabelo crespo. O fundo está fora de foco e se percebe o céu

azul com galhos de árvores. A legenda da foto diz: “Irmã de vítima de assassinato em São Leopoldo se diz consolada após polícia prender e indiciar suspeitos de crime”.



Fonte: Reprodução Zero Hora, 05/09/2018, p. 21.

b) Outubro de 2018, dia 24, quarta-feira. Matéria escrita por Vitor Rosa. Manchete: “Um ano após atentado, bairro de Gravataí volta a ter esperança”. Ivana da Conceição Macedo, 31 anos, dona de uma padaria, foi entrevistada a respeito do atentado que deixou dois mortos e cerca de 30 baleados. O caso aconteceu no bairro Morada do Vale II, em Gravataí. Ivana aparece também na foto de maior destaque. Ela está de perfil apontando com a mão para a marca da bala na parede de seu estabelecimento. Na foto é possível identificar que Ivana tem a pele clara, usa óculos e está com o cabelo preso em um coque. A legenda diz: “Câmeras de escola flagraram a ação dos criminosos (no detalhe). Tiros deixaram marcas, como mostra dona de padaria, ainda não apagadas”.

Vítima:

a) Agosto de 2018, dia 8, quarta-feira. Notícia feita por Cláudia Laitano. Manchete: “Marido é denunciado por matar advogada no Paraná”. Tatiane Spitzner, 29 anos, morreu após queda de quarto andar de um prédio em Guarapuava. O Ministério Público (MP) do Paraná denunciou o professor de Biologia Luis Felipe Manvailer pela morte da

companheira. Consta na matéria que “a ação penal por homicídio tem quatro qualificadoras - meio cruel, dificultar defesa da vítima, motivo torpe e feminicídio”. As câmeras que registraram o ocorrido indicam que as agressões contra Tatiane foram feitas por cerca de 20 minutos, na madrugada de 22 de julho de 2018.

b) Agosto de 2018, dia 15, quarta-feira. Matéria escrita por Letícia Mendes. Manchete: “Jovem assassinada foi espancada e asfíxiada”. Francine Rocha Ribeiro, 24 anos, saiu para caminhar nas proximidades do Lago Dourado, em Santa Cruz do Sul, no Vale do Rio Pardo. Ela foi encontrada pelos familiares no dia seguinte a cerca de 400 metros do local usado para prática de exercícios. A perícia confirmou que ela foi asfíxiada e espancada e sofreu hemorragia interna. A polícia suspeita que ela tenha sido estrangulada com algum objeto e que tenha sido vítima de violência sexual. “A blusa estava levantada, com a barriga parcialmente à mostra e a vítima tinha as mãos amarradas”, diz a matéria. A polícia diz que há a possibilidade de Francine ter sido atacada por mais de uma pessoa. O motivo é a localização do corpo, que estava em um lugar distante, além de ela não ter marcas na roupa e no corpo indicando que tenha sido arrastada. Francine aparece na foto da notícia, é uma montagem onde no fundo é possível ver o carro da polícia em uma calçada perto do lago. No canto direito inferior está uma foto antiga da vítima, enquadrada na montagem. A legenda diz: “Francine Ribeiro foi morta perto de lago em Santa Cruz do Sul e teve corpo encontrado um dia após estar desaparecida”.



Fonte: Reprodução Zero Hora, 15/08/2018, p. 24.

Acusada:

a) Agosto de 2018, dia 22, quarta-feira. Matéria escrita por Hygino Vasconcellos. Manchete: “Mulher é ré por morte de marido”. Anita da Silva Lenz foi denunciada por envolvimento na morte do marido, juntamente com Wellington Alberto Mello da Silva, 20 anos, e Douglas Rodrigues da Silva, 23 anos. Oli Lenz, 49 anos, iria efetuar uma operação de depósito em agência bancária no valor de R\$5 mil, quando foi abordado por dois assaltantes. Os três foram responsabilizados pelo latrocínio (roubo seguido de morte). A idade de Anita não foi divulgada.

b) Setembro de 2018, dia 26, quarta-feira. Matéria feita por Renato Dornelles. Manchete: “Motoristas são iludidos por uma loira misteriosa”. A mulher é descrita como loira “escultural”, com certa de 1m70cm e que se identifica como Suzi. Ela utiliza o serviço de táxi ou de transporte por aplicativo e pede para o motorista deixá-la em frente ao portão da garagem do Hotel Rodoviária, no bairro Floresta em Porto Alegre. Diz para o motorista que espere cerca de 10 minutos para pegar o dinheiro no quarto do hotel, mas acaba saindo por outra rua até “sumir” sem pagar a corrida. Já são pelo menos oito vítimas do golpe nos últimos dois meses. A matéria utiliza um esquema em forma de desenho para entender como tudo aconteceu.

O texto limita-se a resumir os seis principais casos de representações de mulheres em situação de violência, por conta do espaço disponível. Este é o recorte de um total de 39 matérias que foram analisadas durante o período de agosto a dezembro de 2018. A análise realizada mostra que as mulheres têm sido representadas das mais diferentes formas nas páginas de segurança do jornal Zero Hora de Porto Alegre, tanto na posição de vítima, quanto de acusada ou fonte. Mas a representação que se constata com mais significado dentro da relação jornalismo e direitos humanos é a de vítima em situação de violência, o que demonstra a fragilidade da exposição da mulher em narrativas em que o resultado é a morte derivada de feminicídio. Se o jornalismo é a construção de uma realidade, mas também a textura dessa mesma realidade, o que se pode compreender disso a partir dos casos analisados é que ainda há o exercício do poder masculino pela força em relação a mulher, já que a maioria dos casos tratados nas reportagens dizem respeito a agressões e violência do homem sobre a mulher. Do ponto de vista de Sodré (2002) este tipo de violência poderia ser caracterizada como anômica, “cujos aspectos cada vez mais cruéis se fazem visíveis nas ruas, na mídia e cujos índices engrossam as estatísticas oficiais de criminalidade” (p. 12). Enquadra-se também no viés da “violência sociocultural, resultante do puro e simples arbítrio do poder, o masculino, ameaçado pela emergência histórica das mulheres na cena pública”. (SODRÉ, 2002, p.12).

E quando ela aparece como acusada, nos dois casos citados acima, em uma ela é acusada de matar o marido e, portanto, aparece a relação homem X mulher, embora a matéria não aponte as principais questões implicadas nessa morte. No segundo caso está visível o estereótipo conceitual da mulher loira, misteriosa e de corpo escultural, portanto, um resquício de ideal de corpo de mulher atraente, na esteira da dominação masculina. Esta descrição condiz com uma construção histórica em relação à figura e ao corpo feminino, que revela um olhar vertical sobre a representação da mulher. É interessante que até mulheres reproduzem este conceito construído historicamente.

Conclusão

Considerando os resultados da pesquisa realizada e dos pressupostos teóricos do jornalismo como construção social e textura da realidade, acredita-se que o modo como o jornalismo representa as mulheres é condição elementar para que a sociedade tenha parâmetros para formar um ponto de vista sobre a mulher. O jornalismo contribui para

isto por meio da produção da informação, então, é muito importante que a informação produzida não estimule a discriminação e o preconceito.

Mas não somente o jornalismo é uma construção social. Vimos que a história também o é. Se o jornalismo é uma forma documental dos principais fatos históricos, e considerando o seu compromisso com a ética e os direitos humanos, em que se prima pela equidade e a justiça, cabe ressaltar que o jornalismo é por excelência um dos meios mais concretos disponíveis para desconstruir uma série de preconceitos e pontos de vista historicamente formados sobre a mulher.

O tratamento dado à mulher nas reportagens não só carrega sentido pela ação da narrativa em si, mas principalmente pelos significados que ela produz nas relações estabelecidas com aquilo que as pessoas enxergam no seu cotidiano. Quanto mais visibilidade o tema da mulher ganhar na mídia, chamando a atenção, por exemplo, para os casos de violência contra ela, maior a probabilidade de muitos dos discursos historicamente construídos sobre a mulher e baseados no desrespeito possam contribuir para devolver formas de representações mais dignas sobre a mulher.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma História Social da Mídia: de Gutenberg à internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção histórica do corpo feminino**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

GENTILLI, Victor. **Democracia de Massas: jornalismo e cidadania**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

MÍDIA DADOS BRASIL. São Paulo: Grupo de Mídia São Paulo, 2018.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA. Disponível em: <https://ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contr-a-mulher>. Acesso em 17 abril de 2019.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a Mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 1999.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, mídia e violência.** Porto Alegre: Sulina, Edipuc, 2002.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo:** porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar.** Porto Alegre: Sulina, 2010.